



ATA N. 07/2026

Aos 24 dias do mês de julho de 2026, às 11h30min, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência do Servidor Público do Município de Três Passos – IPSTP, para a realização de reunião ordinária mensal, destinada à análise dos resultados dos investimentos referentes ao mês de junho de 2026, bem como à avaliação do cenário econômico e da composição da carteira de investimentos. Estiveram presentes os membros do Comitê Ari Roberto Leal Braseiro, Paulo Roberto Brizolla Rodrigues e Jozemar da Silveira Ravanello. Registrando-se a ausência do membro Cleomar Jovani Thiesen (suplente).

Inicialmente, procedeu-se à análise dos relatórios de desempenho e rentabilidade elaborados pela empresa Referência Gestão e Risco, bem como do relatório do Sistema de Gestão em Investimentos – SGI e do relatório de conjuntura econômica e financeira referentes ao mês de junho de 2026. Constatou-se que o IPSTP apresentou rentabilidade mensal de 0,92%, correspondente ao montante aproximado de R\$ 1.169.253,06. A meta atuarial do período, fixada em INPC acrescido de 5,49% ao ano, correspondeu a 0,59%, resultando em atingimento de 156,13% da meta atuarial mensal. No acumulado do exercício de 2026, a rentabilidade alcançou 6,6535%, correspondente ao montante aproximado de R\$ 7.931.781,00, enquanto a meta atuarial acumulada atingiu 6,31%, representando 105,42% de atingimento da meta atuarial acumulada, demonstrando a retomada da superação da meta atuarial tanto no mês quanto no acumulado do exercício.

Na sequência, analisou-se o Relatório Dinâmico da Carteira, verificando-se que o patrimônio investido do RPPS atingiu o montante de R\$ 128.752.607,64, mantendo trajetória consistente de crescimento patrimonial ao longo do exercício. Observou-se adequada diversificação entre instituições financeiras, segmentos de aplicação e indexadores, com predominância de investimentos em renda fixa e significativa concentração em ativos atrelados ao CDI, estratégia compatível com o cenário econômico vigente. Verificou-se, ainda, que todos os investimentos permanecem devidamente enquadrados na Política de Investimentos e nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025, inexistindo qualquer desenquadramento na carteira.

O Comitê registrou que aproximadamente 79,10% da carteira permanece vinculada ao CDI, 15,33% ao IPCA, 3,70% ao IRF-M 1, mantendo ainda reduzida exposição a multimercado, Ibovespa e investimentos no exterior, cuja participação permanece inferior a 1% do patrimônio total. Tal composição evidencia a manutenção do perfil conservador da carteira, privilegiando segurança, liquidez e estabilidade dos investimentos previdenciários.

Na análise do cenário econômico, foram discutidos os principais acontecimentos nacionais e internacionais apresentados no relatório de conjuntura. O Comitê destacou a continuidade das incertezas no ambiente externo, decorrentes das tensões geopolíticas, das expectativas em relação à política monetária das principais economias e da volatilidade dos mercados financeiros globais. No cenário doméstico, observou-se a manutenção da política monetária restritiva e o acompanhamento permanente das expectativas inflacionárias, fatores que continuam favorecendo aplicações em renda fixa indexadas ao CDI e títulos públicos, estratégia atualmente predominante na carteira do Instituto.

Os membros reafirmaram a importância da manutenção da estratégia de investimentos atualmente adotada, considerando que a carteira permanece amplamente enquadrada na Política de Investimentos, apresenta adequada diversificação entre instituições financeiras, baixo nível de exposição a ativos de maior volatilidade e desempenho superior à meta atuarial acumulada do exercício.

Também foi registrado que o Comitê continuará acompanhando a evolução dos mercados financeiros, promovendo avaliações periódicas acerca da necessidade de eventuais ajustes táticos na carteira, sempre

[Handwritten signatures]



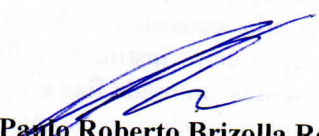
observando os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação e transparência previstos na legislação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social.

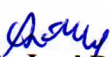
PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS AO CONSELHO FISCAL

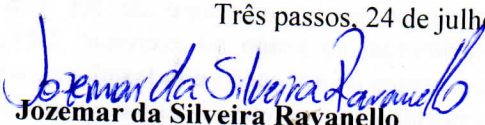
Após análise dos relatórios técnicos, da composição da carteira e do cenário econômico, o Comitê de Investimentos concluiu que a gestão dos recursos do RPPS no mês de junho de 2026 manteve-se adequada, com observância da Política de Investimentos, da Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como das demais normas aplicáveis aos RPPS, incluindo as diretrizes da Portaria MTP nº 1.467/2022. Verificou-se que o RPPS superou a meta atuarial tanto no mês de junho de 2026 quanto no acumulado do exercício, alcançando 156,13% da meta mensal e 105,42% da meta acumulada, demonstrando a consistência da estratégia de investimentos adotada, a adequada gestão dos recursos previdenciários e a manutenção do equilíbrio da carteira.

Diante disso, o Comitê emite parecer favorável, recomendando ao Conselho Fiscal o acompanhamento dos resultados apresentados, entendendo não haver necessidade de alterações na estratégia de alocação dos recursos neste momento.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.


Paulo Roberto Brizolla Rodrigues
Membro do comitê de investimentos


Ari Roberto Leal Braseiro
Membro do comitê de investimentos

Três passos, 24 de julho de 2026.

Jozemar da Silveira Ravanello
Membro do comitê de investimentos

Cleomar Jovani Thiesen
Membro do comitê de investimentos (suplente)